

Para além dos números: o Ibre e a história dos índices econômicos no Brasil*

Marly Motta

Pesquisadora e professora do CPDOC-FGV
marly.motta@fgv.br

Resumo

Criado em 1951, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas teve um papel pioneiro na elaboração e divulgação de informações econômicas. Em seu corpo profissional figuraram nomes que não só fundaram o ensino e a pesquisa econômica no Brasil, como também vieram a exercer funções de comando na economia do país. Só para lembrar, à frente do Ibre estiveram Eugênio Gudin, Octavio Gouvêa de Bulhões e Mário Henrique Simonsen, que, em diferentes momentos, ocuparam o Ministério da Fazenda e o do Planejamento. Pioneiro na divulgação de informações econômicas, o Instituto tem sua história construída a partir dos depoimentos de seus pesquisadores, que fornecem, ao mesmo tempo, um importante guia para os interessados em desvendar alguns dos caminhos traçados pela economia brasileira ao longo das últimas sete décadas. Neste texto de história institucional, estamos interessados em discutir duas questões que nos pareceram especialmente relevantes: a clássica relação entre as instituições técnicas e o mundo da política, e a constituição de uma determinada identidade para os economistas da chamada “economia aplicada”.

Palavras-chave: História dos índices econômicos, Identidade institucional, Elite técnica, decisão política.

Abstract

The Brazilian Institute of Economics of the Fundação Getúlio Vargas was founded in 1951 and since then has had a pioneer role in preparing and publishing economic data. The economists on its staff not only founded economics teaching and research in Brazil, but have held key-positions in Brazilian governments: its directors Eugênio Gudin, Octavio Gouvêa de Bulhões and Mário Henrique Simonsen were at different moments ministers of Economy and Finance and minister for Planning. In this article about institutional history, compiled from the testimonies of IBRE's researchers, we want to discuss two issues that we consider especially relevant: the classical relationship between technical institutions and the world of politics, and the constitution of a special identity for economists dealing with applied economics.

Key words: History of economic data, Institutional identity, Technical elite, political decision.

Modéstia à parte, posso dizer que criei o Ibre, com todas as dificuldades, para fazer três coisas que o Brasil não tinha: balanço de pagamentos, índice de preços e renda nacional (Eugenio Gudin).

A citação acima foi retirada de uma entrevista concedida por Eugenio Gudin aos pesquisadores do Programa de História Oral do CPDOC-FGV em agosto de 1979.¹ Nela, Gudin procura deixar claro o papel pioneiro do Instituto Brasileiro de Economia/Ibre da Fundação Getúlio Vargas, criado em 1951, na elaboração e divulgação de informações econômicas. No corpo profissional do Ibre figuraram nomes que não só fundaram o ensino e a pesquisa econômica no Brasil, como também vieram a exercer funções de comando

na economia do país. À frente do Ibre estiveram, além do próprio Eugênio Gudin, Octavio Gouvêa de Bulhões e Mário Henrique Simonsen, que, em diferentes momentos, chefiaram o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento.

O objetivo deste texto é discutir algumas questões que têm merecido pouco destaque nos estudos sobre a história econômica recente do país. Uma delas diz respeito aos processos simultâneos de construção dos índices econômicos no Brasil e de constituição de uma determinada

identidade para os economistas da chamada “economia aplicada”. A outra questão é a da relação entre instituições como o Ibre, dotadas de saber e de quadros técnicos nesta área específica da economia, e o mundo da política.

Este trabalho tem como fonte principal dois conjuntos de entrevistas sobre o Ibre,² que, como se poderá verificar, fornecem, ao mesmo tempo, um importante guia para os interessados em desvendar alguns dos caminhos traçados pela economia brasileira ao longo das últimas sete décadas. A utilização da metodologia da história oral no campo da história das instituições e organizações se explica principalmente pela possibilidade de “reviver” fatos não contemplados nos registros escritos, de revelar aspectos pouco esclarecidos por uma documentação em geral econômica no trato do que se costuma chamar de cultura institucional, ou seja, o conjunto de valores e representações que constrói a identidade de uma instituição. Ao mesmo tempo, as entrevistas recolocam em cena o indivíduo como ator histórico legítimo, e fornecem indicações importantes acerca de suas relações com as condicionantes do contexto histórico, em seus vários graus de equilíbrio entre a liberdade e o cerceamento das ações.

Momento fundador

O ano de 1944 pode ser lembrado como um marco, graças a algumas iniciativas que tiveram uma forte influência nos

Cultura institucional,
conjunto de valores e
representações que
constrói a identidade
de uma instituição

* Este artigo se baseou em algumas reflexões apresentadas no texto “O Brasil em números”, escrito em parceria com Dora Rocha, e publicado como introdução ao livro organizado por mim e por Dora, Memórias do Ibre – Instituto Brasileiro de Economia: depoimentos ao CPDOC, (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008).

¹ Esta entrevista de Eugenio Gudin foi publicada em Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal (org. Maria Celina D’Araujo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999). A citação se encontra na p. 45.

² O primeiro conjunto reúne os depoimentos publicados no já citado Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal. São eles: Eugênio Gudin, Octavio Gouvêa de Bulhões, Alexandre Kalka, Genival Santos e Antonio Dias Leite. O segundo, abrange um total de 14 entrevistas realizadas por mim e por Carlos Eduardo Sormento, entre agosto de 2006 e maio de 2007. Foram então entrevistados Julian Chacel, Angelo de Souza, Maria Alice Velloso, Tito Ryff, Paulo Rabello de Castro, Luiz Aranha Corrêa do Lago, Antonio Salazar, Antonio Porto Gonçalves, Carlos Ivan Simonsen Leal, Lia Valls, Luiz Guilherme Schymura, Vagner Ardeu, Marcelo Néri e Salomão Quadros. Estas entrevistas foram publicadas em Memórias do Ibre – Instituto Brasileiro de Economia: depoimentos ao CPDOC (org. Marly Motta e Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008).

rumos da economia no Brasil e no mundo. No plano internacional, os sinais do fim da guerra iniciada em 1939 despertavam a preocupação com a reorganização da economia mundial. Em julho, realizou-se na cidade de Bretton Woods, no estado norte-americano de New Hampshire, uma reunião para debater o assunto. Compareceram ao encontro cerca de 750 delegados de 45 países, entre eles o Brasil, que foi representado, entre outros, pelo ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, por Eugenio Gudin e Octavio Gouvêa de Bulhões. Na ocasião, foram criadas instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e adotou-se o dólar como moeda internacional.

No Brasil, o debate incluiu uma preocupação adicional: a de traçar os novos rumos que o país deveria seguir após o fim do Estado Novo, que então se anunciava. Começaram assim a se delinear projetos de substituição do governo autoritário de Getúlio Vargas por um governo democrático, e de uma economia centralizada por uma de cunho mais liberal. Dois eventos ocorridos no final de 1944 teriam uma forte influência no desenrolar dessas discussões. Um deles foi a criação por Luiz Simões Lopes, então diretor-geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), de uma instituição destinada a formar profissionais para a administração pública, que, não por acaso, recebeu o nome de Fundação Getúlio Vargas (D'ARAÚJO, 1999; COSTA, 1986). O outro foi a chamada "controvérsia do planejamento econômico", como ficou conhecido o debate entre Eugenio Gudin e Roberto Simonsen que teve lugar entre o final de 1944 e meados de 1945.³ Foi na condição de membros destacados de conselhos e comissões que marcaram a organização corporativa do Estado Novo, que Gudin,

na Comissão de Planejamento Econômico (CPE), e Simonsen, no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), travaram essa famosa polêmica que hoje é percebida como o marco inaugural da carreira dos economistas no Brasil.

Sabe-se que a criação do CNPIC e da CPE, em 1944, respondia às tentativas de instituir um sistema de planejamento no país, objetivo em voga em uma década marcada pela economia de guerra, e requerido pela necessidade de reorganizar a economia nacional com vistas aos novos tempos que se avizinhavam. Vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o CNPIC, sob a orientação de Simonsen, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) desde 1937, dedicava-se à elaboração de uma proposta de "planificação nacional", buscando firmar os princípios que deveriam orientar o "desenvolvimento industrial-comercial do Brasil no futuro". Já a CPE, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, trabalhava em propostas

Requerido pela necessidade de reorganizar a economia nacional com vistas aos novos tempos que se avizinhavam

que, em contraposição à intervenção governamental e à preocupação explícita com a indústria, se preocupavam com a "moeda, o crédito e a tributação, procurando estimular e amparar a iniciativa e o esforço da economia particular" (DOLLINGER, 1978, p. 13).

O debate foi detonado a partir da orientação do presidente Getúlio Vargas de que o sumário relatório preparado por Simonsen, intitulado *A planificação da economia brasileira*, fosse encaminhado ao CPE. Como relator da matéria, Gudin fez severas críticas ao documento. Publicadas em março de 1945 sob o título de *Rumos de política econômica*, essas críticas provocaram a

³ Anos mais tarde a polêmica foi publicada sob o título *A controvérsia do planejamento na economia brasileira* (Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1978).

réplica de Simonsen três meses depois com *O planejamento da economia brasileira*. O lance final ficou por conta de Gudin, que em agosto, pouco antes da queda do Estado Novo, que ocorreria no final de outubro, escreveu a sua *Carta à Comissão de Planejamento*.

Não resta dúvida de que o coração dessa polêmica era político e ideológico, e dizia respeito, sobretudo, ao papel que o Estado deveria ter na economia do pós-guerra, ou, no caso do Brasil, na transição para um regime mais liberal. No entanto, a disputa Eugênio Gudin x Roberto Simonsen não se alimentou apenas de opções ideológicas opostas. Um dos pontos centrais do debate foi a avaliação dos dados sobre a economia brasileira fornecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a partir dos quais Simonsen

defendeu um certo tipo de planejamento estatal capaz, a seu ver, de conduzir o Brasil ao chamado “mundo desenvolvido”. Enfático em suas críticas aos dados utilizados por seu adversário, Gudin percebeu que a arma mais poderosa na luta contra o “protecionismo excessivo que

a indústria paulista exigia” (in D’ARAÚJO, 1999, p. 44) seria uma base de informações numéricas de boa qualidade e, portanto, confiável. Constituir essa base e colocá-la à disposição dos “planejadores” seria um dos desafios da geração dos pais-fundadores do lbre, Eugênio Gudin à frente.

Tempos de desbravamento

Tudo começou com o estabelecimento de um espaço institucional próprio – o Núcleo de Economia –, organizado por Gudin em 1947, mesmo que de maneira pouco

formal, dentro da recém-criada Fundação Getulio Vargas. Não por acaso, a FGV foi “madrinha” da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil,⁴ cedendo-lhe espaço físico para funcionar e pagando parte dos salários dos professores. Quando afirma que pegou Octavio Bulhões, Antônio Dias Leite Jr. e Jorge Kingston “pela gola do paletó” (in D’ARAÚJO, 1999, p. 46) e os obrigou a prestar concurso para professor da universidade, Gudin revela a rede que entrelaçou os processos de formação de economistas no país e de constituição de um centro de estatísticas econômicas na FGV, que tinha como canal de divulgação as revistas *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia*, também criadas em 1947 (MOTTA, 1994). Foi esse grupo de economistas que afirmou e enfrentou a necessidade de o país ter balanço de pagamentos, levantar índices de preços e elaborar o cálculo da renda nacional, providências indispensáveis para sua inserção em um mundo que globalizava as informações econômicas. O sistema de contas nacionais, por exemplo, deveria obedecer ao padrão proposto pelas Nações Unidas, a partir do qual se classificavam os países em desenvolvidos ou subdesenvolvidos, para usar os termos da época.

Não por acaso, a conexão com o exterior fechava essa rede. Os trabalhos iniciais da “Equipe da Renda Nacional” se basearam na metodologia norte-americana – Dias Leite não esconde que começou “roubando um livro na embaixada americana” (in D’ARAÚJO, 1999, p. 47) –, indicando que o desenvolvimento do Núcleo de Economia da FGV teria que necessariamente passar pela vinda de pesquisadores estrangeiros. Para que as “estimativas” precárias pudessem se transformar em “contas nacionais”, veio o holandês J.B. Derksen, responsável pela criação do padrão empregado pelas

⁴ Pelo Decreto-Lei n° 8.815, de 24 de janeiro de 1946, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro foi incorporada à Universidade do Brasil sob a denominação de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Ver MOTTA, 1994.

Nações Unidas, acompanhado de dois especialistas, o também holandês Gustav Loeb e o belga Van der Meiren. O roteiro desse “processo de desbravamento” está no depoimento de Genival Santos, que, em 1951, publicou na *Revista Brasileira de Economia* o trabalho intitulado “Estimativa da renda nacional”:

Em 1949, houve várias palestras de economistas que vieram à Fundação a convite do dr. Gudin. Essa foi realmente uma época de ouro para se aprender, Tenho boa lembrança de alguns suecos, dos ingleses e mesmo dos americanos. Lionel Robinson veio uma ocasião e ficou um tempão conosco (...). Sempre achei que a vinda desses professores foi um gesto positivo, porque éramos um país de ignorantes, estávamos na escuridão científica, e essa gente, cada um deles, trouxe uma experiência do pré e do pós-guerra. Às vezes os pontos de vista eram diferentes, mas era uma riqueza de informação extraordinária (in D'ARAÚJO, 1999, p. 51).

Essa importação de estrangeiros foi acompanhada, como deveria ser, pelo envio de brasileiros para o exterior. Convênios com as fundações Ford e Rockefeller resultaram não só em um ativo programa de bolsas para os economistas brasileiros fazerem seus cursos de pós-graduação em universidades norte-americanas – uma média de dois por ano –, como na elaboração de pesquisas econômicas, ligadas principalmente à política fiscal e orçamentária. Esse processo de formação de quadros voltados para a economia aplicada ganha corpo e alma nas trajetórias de Julian Chacel e de Angelo de Souza: formados pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, ambos estagiaram na FGV, fizeram pós-graduação

fora, na França e nos EUA, respectivamente, e depois voltaram, agora para o Ibre – criado em 1951, como uma “formalização” do Núcleo de Economia –, onde permaneceram por quase cinco décadas (MOTTA & ROCHA, 2008).

A fidelidade aos números

Aonde as contas forem, eu vou também (...). Onde as contas nacionais estiverem, o meu coração sempre vai estar (Maria Alice Velloso)⁵.

O depoimento de Maria Alice Velloso sobre a sua ida para o IBGE em meados da década de 1980, depois de trabalhar no Ibre por quase 20 anos, é uma fonte importante para se compreender o processo de construção da identidade dos economistas da chamada “economia aplicada”. Longe das querelas que separavam, e ainda hoje separam, economistas de diferentes tendências, a economista do Ibre não viu grande “dificuldade”

Em lugar de uma conta de perde-ganha entre o Ibre e o IBGE, houve desde sempre uma relação positiva de troca

– a não ser de ordem afetiva – em trocar a Fundação Getúlio Vargas pelo IBGE.⁶ Seu coração estará sempre com as contas nacionais, independentemente da instituição a que servir; sua fidelidade, mais do que a qualquer ideologia, é aos números.

Pode-se observar, assim, que, em lugar de uma conta de perde-ganha entre o Ibre e o IBGE, houve desde sempre uma relação positiva de troca entre as duas instituições. Em 1970, Isaac Kerstenetzky, diretor de pesquisas do Ibre, deixou o posto que ocupava

⁵ A citação foi retirada de Motta & Rocha, 2008, p. 120.

⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, autarquia criada pelo Decreto-Lei nº 218, de 26 de fevereiro de 1938, tinha como missão principal realizar censamentos e era ainda responsável pela uniformização e coordenação dos sistemas estatístico e geográfico nacionais. Transformado em fundação pelo Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, ao longo do tempo o IBGE foi ampliando suas atividades, que passaram a incluir a produção dos dados relativos à contabilidade nacional.

desde 1964 ao lado do diretor geral Julian Chacel e assumiu a presidência do IBGE, onde permaneceu até 1979. Nesse mesmo ano, Angelo de Souza, embora mantendo-se vinculado ao Ibre, trabalhou no IBGE para a montagem do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Finalmente, quando em 1986 foi decidida a transferência das contas nacionais para o IBGE, coube a Maria Alice Veloso liderar a equipe de pesquisadores do Ibre que acompanhou as contas nacionais em sua nova casa.

Não se pode deixar de comparar essa interação “técnica” com o processo de constituição de identidade dos economistas, que envolveu querelas de teor político e ideológico, de que foi marco inicial a já citada “controvérsia do planejamento econômico”. Ocupando crescentes espaços nos órgãos econômicos e nas agências decisórias que se criaram no país principalmente a partir da década de 1950, os economistas se projetaram como figuras de proa do debate político-intelectual que então marcou a

cena brasileira. A constante discussão sobre os modelos de desenvolvimento a serem implantados no país – do protecionismo x livre-cambismo dos anos 40, passando pelos ortodoxos x heterodoxos da década de 80, até chegar ao atual dilema monetaristas x desenvolvimentistas – foi fundamental na formação da identidade do economista e na legitimação do saber econômico como elemento crucial para a definição dos destinos do país (BIELSCHOWSKY, 1988; MOTTA, 1994; LOUREIRO, 1997; SOLA, 1998).

Pode-se pensar em algumas razões para explicar a valorização que os profissionais da

economia aplicada conferem à sua atuação puramente “técnica”, marcada pela “neutralidade”, em detrimento do envolvimento nas conhecidas rivalidades e disputas que forjaram o campo dos economistas no Brasil.⁷

Criado no raiar da década de 1950, o Ibre incorporou a nova dinâmica da economia mundial, marcada pelo contraste entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para aspirar ao desenvolvimento, qualquer que fosse o modelo econômico adotado, o Brasil deveria ser capaz, antes de mais nada, de controlar o fluxo das informações econômicas. Uma questão facilmente se coloca: por que o Brasil, com a tradição de possuir um Estado nacional centralizado e forte, elegeu de início o Ibre como produtor e controlador de informações cruciais para a tomada de decisões econômicas, em detrimento do órgão oficial, o IBGE? O depoimento de Julian Chacel permite perceber a opção por uma certa complementaridade entre as duas instituições encarregadas de produzir índices e estatísticas:

Cada país tem a sua própria organização para calcular as contas nacionais: o Departamento de Comércio faz as contas nacionais dos Estados Unidos; o Statistics Canada, que é mais semelhante ao IBGE, faz as contas nacionais do Canadá, e por aí vai. Como no Brasil o IBGE não fazia esse trabalho, a idéia, nos primórdios do Ibre, era suprir lacunas (in MOTTA & ROCHA, 2008, p. 43).

O trecho do depoimento de Angelo de Souza é longo, mas vale a pena ser citado para se compreender as íntimas relações que se estabeleceram entre os dois institutos, um privado e outro público, este mais voltado para a realização dos grandes censos e desprovido do instrumental adequado para realizar amostragens correntes, como as exigidas pelo cálculo dos índices de preços e da renda nacional:

⁷ Referimo-nos à noção de campo tal como desenvolvido por Bourdieu, 1990.

Como o IBGE só fazia censo, cada ministério tinha o seu departamento de estatística, mas o desenvolvimento do conjunto era totalmente desbalanceado (...). A Fundação começou em contas nacionais, do mesmo jeito que começou em balanço de pagamentos, outra coisa que seria atribuição de governo (...). Mas com a criação da Sumoc, mais tarde Banco Central, os estudos para os cálculos do balanço de pagamentos foram transferidos para lá. Já as contas nacionais, não havia possibilidade de transferi-las, por dois motivos. Primeiro, porque o governo não dispunha de técnicos em condições de iniciar os trabalhos nesse campo. Segundo, porque o IBGE não poderia nunca construir um sistema de contas com base, por exemplo, em registro administrativo, como nós fazíamos. Como disse, quando o IBGE foi criado, foi dada ao presidente do órgão uma importância de ministro. O IBGE se sentia um órgão a nível de Presidência da República. Nunca se sujeitaria a ir ao Iapetec pedir uma informação (in MOTTA & ROCHA, 2008, p. 99).

As bases dessa interação Ibre/IBGE estariam, a meu ver, nas origens da FGV, claramente assentadas em uma rede de relações em que, desde o início, o público e o privado se misturaram. A manutenção da Fundação foi garantida, na época de sua criação, prioritariamente com recursos públicos, pela transferência de 25% das rendas arrecadadas com a Taxa de Educação e Saúde (Decreto-Lei n. 6.694, de 14/7/1944) – afinal, o Estado brasileiro seria o maior cliente de uma instituição que pretendia desempenhar um papel importante na formação da elite dirigente do país, na produção de instrumentos básicos para a ação estatal e na modernização da administração pública. O suporte financeiro para a constituição da FGV contou ainda com doações individuais de importantes líderes empresariais, bem como das maiores empresas privadas do país.

Por outro lado, o pioneirismo do Ibre na elaboração dos índices econômicos se deveu, em boa medida, às conexões internacionais que a FGV possuía, patrimônio fundamental para uma instituição produtora de dados que precisavam ser aceitos em um mundo cada vez mais padronizado. A elaboração de indicadores confiáveis, construídos dentro de parâmetros adotados universalmente, era requisito básico para colocar o Brasil no circuito de expansão dos mercados e de concessão de créditos e financiamentos.

É interessante registrar que apenas em 1973 o IBGE iria delegar formalmente ao Ibre a missão de construir as contas nacionais, o que o órgão já vinha fazendo desde os primeiros anos da década de 1950. Aquele foi o momento em que o Estado brasileiro optou por um modelo acelerado de crescimento econômico que implicava a existência de instrumentos eficazes de planejamento e informação. A percepção da ausência desses instrumentos dentro da

A constituição da FGV contou ainda com doações individuais bem como das maiores empresas privadas do país

máquina burocrática, e do tempo necessário para que isso viesse a ocorrer, pode explicar a assinatura de inúmeros convênios entre o Ibre e vários organismos governamentais, tanto federais, como estaduais e municipais.

Existia, portanto, a percepção de que o Ibre era uma instituição que conseguia mesclar a vocação de produzir bens públicos com a independência de um órgão privado, o que resultava em certo desinteresse das autoridades públicas da área econômica em dotar o IBGE de instrumentos que o capacitassem a substituir o Ibre como produtor dos índices-chave para a economia brasileira, ou seja, aqueles que mediam o crescimento do PIB e da inflação. Além do mais, como revela Julian Chacel, o IBGE não mereceria a confiança de alguns dos gestores da área econômica:

(...) porque Delfim [Netto] não queria que o IBGE construísse índices de preços. Preferia – em relação não só aos índices, mas a todos os trabalhos – não depender de uma instituição do governo onde havia funcionários que não tinham necessariamente simpatia por ele, ou que podiam não estar inteiramente de acordo com os rumos que o governo militar imprimia ao país (in MOTTA & ROCHA, 2008, p. 62).

Menos envolvidos no debate teórico e político sobre o modelo de desenvolvimento que o país deveria adotar, os economistas voltados para o lado mais “aplicado” da economia reforçaram o aspecto “técnico” de sua identidade. A fidelidade às contas nacionais ou aos índices de preços se sobreporia a filiações ideológicas ou correntes intelectuais. Isso não significa dizer, no entanto, que o Ibre estaria abrigado em uma redoma de neutralidade capaz de mantê-lo apartado das disputas políticas. Mesmo porque Gudin e Bulhões, figuras exponenciais do Ibre, eram referências

É preciso levar em conta o fato de que a FGV precisava de recursos, especialmente públicos, para se manter

fundamentais para o que ficou conhecido como “corrente monetarista”, cujos princípios conflitavam com as posições do chamado “pensamento estruturalista”. Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta o fato de que a FGV precisava de recursos, especialmente públicos, para se manter como uma instituição de direito privado.

Os recursos e a “massa cinzenta”

É preciso considerar também que durante muitos anos, por uma sucessão de fatos que eu não diria propriamente fortuitos, a Fundação Getúlio Vargas sempre teve

alguém do Ibre em um alto posto do governo (Julian Chacel)⁸.

Três ministros – Eugenio Gudin (1954-1955), Octavio Gouvêa de Bulhões (1964-67) e Mario Henrique Simonsen (1974-80) – saíram dos quadros da FGV para comandar, em momentos diversos, a área econômica de diferentes governos. Descartada a idéia simplista de uma mera subordinação da produção do Ibre aos interesses governamentais, pode-se discutir de que maneira operavam os fluxos de recursos que sustentavam a FGV e, em conseqüência, o instituto que, dentro dela, cuidava da elaboração e divulgação dos índices que tinham um papel crucial na definição das políticas econômicas do país.

Coube a Bulhões, durante sua permanência à frente do Ministério da Fazenda, substituir as receitas vinculadas que até então sustentavam a FGV, e que haviam sido extintas com a reforma tributária então aprovada, por uma dotação em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), ou seja, em títulos da dívida pública, que lhe garantiriam os recursos necessários para enfrentar suas despesas. Foi ainda mantida uma rubrica orçamentária consignada no Ministério da Fazenda, em função dos trabalhos que o Ibre prestava ao governo federal, especialmente aqueles ligados à produção dos índices de preços e ao cálculo da renda nacional, ou do PIB, para usar a expressão hoje corrente.

O que o Ibre tinha a oferecer em troca desses recursos era a “massa cinzenta” capaz de levar a cabo a tarefa de produzir um conjunto de informações consideradas indispensáveis para uma “gestão eficiente” do Estado em seus três níveis, federal, estadual e municipal. Se a presença de figuras ligadas à FGV à frente dos ministérios da área econômica favorecia “a enorme aten-

⁸ A citação foi retirada de Motta & Rocha, 2008, p. 61.

ção” que era dada ao Ibre, é certo também que o projeto “Brasil Grande”, construído ao longo dos governos dos generais Médici e Geisel, significava a opção por um modelo de crescimento econômico acelerado, que demandava a produção de dados econômicos confiáveis, capazes de balizar os processos de tomada de decisão.

Durante muito tempo, o Ibre teve uma estrutura organizacional fluida; a distribuição dos cargos era resolvida de maneira informal, como fica claro no depoimento de Chacel: “Não existia a idéia de cerimônia de posse. Dizia-se: ‘Sua cadeira é aquela. Você vai lá e senta’” (in MOTTA & ROCHA, 2008, p. 54). Esse baixo grau de institucionalização tinha sua outra face na centralização em torno das figuras de Eugênio Gudín, presidente do Ibre de 1951 a 1969, e de Octavio Gouvêa de Bulhões, de início vice-presidente e sucessor de Gudín de 1969 a 1990. Foi somente em 1964, quando Bulhões se afastou para assumir o ministério, que o Ibre adotou uma estrutura mais formalizada. Assumindo então a direção geral, que exerceria por 30 anos, Julian Chacel reconhece, no entanto, que a marca original da instituição foi preservada, e durante muito tempo ainda as decisões, em última instância, eram tomadas pela dupla dos pais-fundadores, Gudín e Bulhões (in MOTTA & ROCHA, 2008, p. 55).

Ao lado dessa longa permanência dos membros do Ibre – Angelo de Souza, por exemplo, foi diretor das Contas Nacionais de 1966 a 1987 –, corria um processo de renovação de quadros, a busca da “massa cinzenta” que deveria responder à crescente demanda pelos serviços oferecidos pelo Ibre, principalmente a partir da década de 1970. Diferente da primeira geração que havia sido “formada” no próprio Ibre, os mestres e doutores então contratados foram formados em universidades de ponta, como Chicago (Paulo Rabello de Castro), Harvard (Luiz Corrêa do Lago), Paris (Tito Ruff), entre outras.

Os desafios eram diversos. De um lado, conciliar o perfil de uma instituição tradicional, ancorada em grandes figuras, com o dinamismo trazido por novas gerações; de outro, abrigar sob o mesmo teto a produção de índices e o debate acadêmico sobre os grandes temas nacionais, como inflação, dívida externa e recessão. A questão central era, sobretudo, como combinar a tarefa de produzir, de maneira “técnica” e “neutra”, os índices que iriam abastecer o debate sobre a política econômica do governo e a de fornecer quadros para participar desse mesmo debate como atores de relevo.

Os índices econômicos: de barômetro a personagem

“As incertezas do mundo de após-guerra tornam mais necessária do que nunca a observação contínua e vigilante da conjuntura econômica nacional e internacional”. Com essas palavras, Eugênio Gudín abriu o editorial do primeiro número da *Conjuntura Econômica*, boletim mensal de informações organizado pelo Centro de Análise da Conjuntura Econômica (Cace), do Núcleo de Economia, lançado em novembro de 1947. O objetivo primeiro da publicação era inserir o Brasil no seleto grupo de países que dispunham de uma espécie de “barômetro”, capaz de fornecer indicações para se prever os tempos de sol ou de chuva da economia. Publicados mensalmente a partir de dezembro de 1947, 24 índices mediam o desempenho de áreas cruciais da economia brasileira – produção industrial, movimento financeiro e de mercadorias, edificação, preços e salários – e logo se tornaram referências obrigatórias para os planejadores e tomadores de decisão no país.

A área mais delicada, mesmo porque a mais sensível politicamente, era a de preços e salários, especialmente em uma conjuntura inflacionária em que os rendimentos do trabalhador industrial não conseguiam acompanhar a elevação dos preços dos gê-

neros alimentícios no varejo. Ao funcionar como uma espécie de contraponto ao índice oficial de preços construído pelo Serviço Estatístico da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, que em 1941 havia servido de base para o cálculo do salário mínimo, o índice produzido pelo Ibre garantiria a confiabilidade, para o público, de como se media o movimento dos preços, informação preciosa para quem dependia de uma “observação contínua e vigilante da conjuntura econômica nacional”.

A organização da equipe de preços se fez em torno da figura de Jorge Kingston, que formou, ainda dentro do Núcleo de Economia, o Centro de Estatística e Econometria. As dificuldades de levantamento de preços em um país com poucos recursos

tecnológicos exigiram dos pesquisadores uma ampla capacidade de imaginação, como relata Julian Chacel:

Quem melhor que uma dona-de-casa para fazer o levantamento de preços para nós? (...). Elas recebiam um pequeno pró-labore, sentiam-se extremamente gratificadas

e importantes, e funcionava tudo muito bem (in MOTTA e ROCHA, 2008, p. 46).

Inflação e crescimento sempre estiveram no cerne do debate econômico e, sabemos bem, no coração das disputas políticas. Uma das crises mais sérias que o país enfrentou ao longo do período republicano está associada à rápida escalada da inflação a partir de 1953, quando a Conjuntura Econômica registrou um aumento do custo de vida de 20% no índice geral,

e de 82% nos transportes em São Paulo. A decisão do governo, tomada em maio de 1954, de dobrar o salário mínimo em uma conjuntura de declínio da atividade econômica – o Produto Nacional Bruto (PNB) caiu de 7,3% em 1952 para 4,7% em 1953 – gerou uma grave crise política que, engrossada por outras tensões oriundas da conjuntura interna e externa, acabou desembocando, em agosto, no suicídio do presidente Getúlio Vargas (1951-54).

Pelo conhecido impacto político que os índices econômicos produzem, e pelo fato de que as instituições produtoras desses índices investem na construção de uma identidade de neutralidade e independência, cabe perguntar – e este é um tema clássico na área das ciências humanas – como são as relações entre essas instituições e o mundo da política (QUADROS, 2008).

À guisa de lembrança, vale destacar que, depois dos índices alarmantes do início dos anos 1960, quando o PIB se reduziu drasticamente e a inflação disparou,⁹ o Brasil viveu um período conhecido como “milagre econômico”, entre 1968 e 1973, quando se conseguiu combinar altas taxas de crescimento econômico com inflação sob controle.¹⁰ A situação mudou radicalmente a partir da crise do petróleo no final de 1973. Ao provocar a quadruplicação do preço da commodity, o choque teve um efeito devastador na economia brasileira, que tinha sérios problemas de endividamento externo, e era profundamente dependente desse recurso estratégico, tendo em vista sobretudo que a manutenção do crescimento econômico acelerado foi a opção vitoriosa para enfrentar a crise que atingiu proporções mundiais (CASTRO & SOUZA, 1985).

⁹ O PIB caiu de 6,6% em 1962, para 0,6% e 3,4% nos dois anos seguintes, e a inflação, medida pelo IGP calculado pelo Ibre/FGV, saltou de 51,6% em 1962, para 79,9% e 92,1%, em 1963 e 1964, respectivamente. Cf. GIAMBIAGI et al., 403.

¹⁰ O PIB pulou de 4,2% em 1967, para 9,8% no ano seguinte, chegando a 14% em 1973. Já a inflação medida pelo IGP calculado pelo Ibre/FGV, depois de se manter em um patamar de 25% em 1967 e 1968, caiu para a 15,6% em 1973. Cf. GIAMBIAGI et al., 403.

Aparentemente domado, o dragão da inflação voltou com força em 1974: o Índice Geral de Preços (IGP) mais do que dobrou, saltando dos comportados 15,6% para 34,6% (GIAMBIAGI et al., 2005, p. 403). A questão era muito delicada para o Ibre, já que as labaredas que saíam da garganta do dragão “queimavam” Mário Henrique Simonsen, que se licenciara da FGV para assumir o Ministério da Fazenda do governo Ernesto Geisel, cuja posse ocorrera em março de 1974. Elevado à condição de alvo preferencial da oposição à ditadura militar, o índice da inflação, calculado pelo Ibre e publicado na *Conjuntura Econômica*, passou de “barômetro” a “personagem” de disputas políticas em torno da medição das taxas inflacionárias.

As entrevistas sobre o Ibre não deixam dúvida de que a questão mais sensível foi sempre o cálculo dos índices de preços, de importância crucial em uma economia que, por décadas, foi viciada em inflação. Nesse sentido, elas são particularmente reveladoras dos bastidores do jogo tenso que, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1970, quando se acelerou o processo inflacionário, envolveu o Ibre e os ministérios da área econômica, colocando, de um lado, os detentores do termômetro que apontava a febre alta do doente e, de outro, aqueles que dependiam politicamente de sua rápida recuperação.

De boutades e expurgos

Quando Simonsen assumiu o Ministério da Fazenda, posto que havia uma inflação reprimida, deixada por Delfim, em parte resultante dos efeitos exógenos do aumento do preço do petróleo, ele não quis ficar, perante o presidente Geisel, com a responsabilidade de fazer uma inflação corretiva sem uma explicação (Julian Chacel)¹¹.

A conjuntura vivida pelo governo Geisel (1974-79) colocou a inflação, e, em consequência, a instituição encarregada de medi-la, no centro do debate político e econômico. A proposta de distensão do regime, anunciada pelo presidente logo no início de seu governo, dependia de um “ambiente favorável” à redemocratização, e como ele gostava de frisar, deveria ser posta em prática dentro de um processo “lento, seguro e gradual”.

Mais do que as agruras da conjuntura externa, o que pesou sobretudo nas escolhas feitas pelo presidente Geisel foram os condicionantes internos. A proposta de distensão possuía, na partida, tênue base militar, e havia fundadas razões para acreditar que ela seria ameaçada caso ocorresse um declínio da atividade econômica

em comparação com o desempenho obtido no período do presidente Médici (1969-74). A rejeição à “política contractionista” – uma “pequena recessão”, diziam alguns – resultou da opção de Geisel pela continuidade,

em marcha acelerada, do projeto “Brasil Grande” (CARNEIRO, 1989). Havia ainda o agravante da derrota sofrida pela Arena nas eleições de novembro de 1974, que dificultou a vida do partido do governo no Congresso, e reforçou a posição dos setores civis e militares contrários à abertura política, forçando os estrategistas da presidência a rever o ritmo do processo (MOTTA, 1996).

O custo da opção por uma política econômica expansionista para enfrentar o cenário internacional adverso foi a acumulação da dívida externa, que se tornaria explosiva na década seguinte e, sobretudo, o retorno da inflação, que, em pouco tempo, seria alçada ao lugar de principal flagelo do

Aparentemente domado, o dragão da inflação voltou com força em 1974: o IGP mais do que dobrou

¹¹ A citação foi retirada de Motta & Rocha, 2008, p. 65.

país. Algumas medidas foram adotadas logo ao raiar do governo para prevenir a eclosão de uma onda inflacionária: removeram-se os controles artificiais sobre os preços, e abriu-se o caminho para uma inflação “corretiva”; oficializou-se uma regra para a correção monetária, conhecido mecanismo realimentador da inflação; e propôs-se a revisão da lei salarial. Apesar dos esforços de reversão monetária empreendidos por Simonsen, o ano de 1974 foi surpreendentemente expansionista, acirrando expectativas em relação à explosão da inflação que, naquele ano, alcançou 34,6% (CARNEIRO, 1989, p. 301).

A máxima de Chacel diz que todo ministro da Fazenda que sai deixa uma inflação “reprimida”, e o que entra faz uma inflação “corretiva”. Solicitado por Simonsen a

fazer uma “revisão” para cima no cálculo da inflação herdada do ministro Delfim Netto, a questão que se colocava para o Ibre era como atender ao pedido do ministro “da casa” e, ao mesmo tempo, manter a credibilidade indispensável à instituição encarregada de medir os

preços. Nesse sentido, o longo depoimento de Chacel que se segue é uma fonte preciosa para se perceber as tensões resultantes das demandas políticas dos ministros da área econômica vis-à-vis as necessidades imperiosas de reafirmação do saber específico de um órgão técnico. Permite, ao mesmo tempo, o acesso a uma visão “de dentro” dos meandros do processo que, no final, resultava em um “determinado” índice para a inflação:

Nós tínhamos encontrado uma taxa anual de inflação de 17%, que era contestada, e Mario Henrique pediu que fizéssemos uma revisão. O resultado foi que o índice, de 17, passou para 24% ao ano. Por que isso?

Porque o ministro da Fazenda tem que olhar os preços em grosso, os preços do produtor. Delfim acompanhava os índices de preços e dizia: “Que peso tem o arroz na composição do índice? E esse produto aqui, que peso tem?” Dependendo da resposta, ele dizia para o dono do supermercado: “Segura o preço do arroz este mês que eu dou a você uma certa facilidade de crédito”. Era assim que a coisa funcionava. E nós, que construíamos o índice, só podíamos ter o quê? A informação objetiva que estava na cartelinha de preço do supermercado. Se alguém perguntar: “A Fundação manipulou?” Não, a Fundação não manipulou. A Fundação, através do Ibre, levantava a informação objetiva de preço. Manipulação é uma coisa grosseira, é até um insulto. Se nós quiséssemos *trichar* com os índices de preços, encontraríamos fórmulas mais inventivas (in MOTTA e ROCHA, 2008, p. 66).

Na medida em que a inflação crescente, em virtude de sua enorme capacidade de gerar insatisfação popular, se transformava na principal bandeira dos grupos políticos e econômicos que faziam oposição à ditadura militar, o Ibre, produtor do IGP, passou a ficar no meio de um tiroteio de acusações que envolviam, inclusive, a suspeição sobre a lisura dos procedimentos técnicos envolvidos no cálculo de preços.

Ainda durante gestão de Mario Henrique Simonsen, houve um outro episódio, chamado de “a inflação do chuchu”, que ilustra essa tensa negociação entre dois atores que precisavam se legitimar — o ministro, pelo sucesso no controle da inflação; o Ibre, pela manutenção de sua credibilidade. Por motivos climáticos, o preço do legume subiu muito, e a inclusão do produto na composição do IGP de certa forma adulterava o índice, pois pressupunha que as pessoas continuavam a comprar o chuchu caro, quando elas poderiam tê-lo substituído por outro legume mais barato. Teria havido pressão do governo para eliminar

O ano de 1974 foi surpreendentemente expansionista, acirrando expectativas em relação à explosão da inflação

o chuchu da composição do índice, e a solução encontrada pelo Ibre foi introduzir uma nova coluna nos Índices Econômicos Nacionais da *Conjuntura Econômica*, a partir do número de junho de 1976, a coluna 11 do Índice Geral de Preços por Atacado-Disponibilidade Interna (IGP-DI) isento de variações acidentais. Na avaliação de Chacel, teria sido a politização do debate sobre os índices de inflação em “época de extremo autoritarismo” o motivo pelo qual uma *boutade* foi levada a sério:

A questão da inflação do chuchu, na verdade, representava o que em francês se chamaria uma *boutade*, uma brincadeira. Mas, como os índices de inflação, numa época de extremo autoritarismo, servem para pôr em questão os governantes, a idéia da inflação do chuchu pegou. Agora, não era para ser levada a sério (...) Por isso é que sempre considereei a inflação do chuchu apenas como uma brincadeira, no sentido de colocar o governo da hora numa posição quase ridícula. Afinal de contas, o chuchu como produto hortícola, me parece, tem até pouco valor nutritivo, e tinha muito pouco peso na construção do índice (in MOTTA e ROCHA, 2008, p. 67).

A partir de 1978, o debate sobre a sucessão dominou a cena política e, por isso mesmo, a política econômica de curto prazo ficou subordinada à continuidade do processo de distensão, que dependia, em última instância, da legitimação do nome do general Figueiredo para a sucessão de Geisel. Apesar da costumeira restrição ao aumento dos preços públicos como forma de conter o ímpeto inflacionário, o IGP avançou dois pontos percentuais, em uma clara sinalização de que a possível adoção de

uma política antiinflacionária mais austera ficaria para o novo governo.¹²

O cenário econômico, no entanto, não era favorável a medidas restritivas, uma vez que a palavra-chave naquela virada de década era “incerteza”. Incerteza que vinha do panorama internacional, abalado pela segunda crise do petróleo em 1979, mas, sobretudo, do cenário interno: as substituições na equipe econômica do governo, principalmente a saída de Simonsen do Planejamento; a expansão da dívida externa; a dura recessão que culminou com uma queda de 10% do produto industrial em 1981; a reativação do movimento sindical, com seu corolário de greves e reivindicações; e, mais grave de tudo, o descontrole inflacionário.¹³ *Estagnação* era o neologismo do dia.

O ano de 1982 tem um duplo registro na memória nacional. Ao mesmo tempo que presenciou a ida do Brasil ao FMI, pressionado pela iminente insolvência de suas contas externas, seguindo os passos do México, que não havia resistido ao aumento dos juros internacionais, marcou a volta das eleições diretas para os governos estaduais. O processo de redemocratização se acelerava, a transição para o regime civil se anunciava para breve, e a equipe econômica, chefiada mais uma vez por Delfim Netto, queria deixar um país “em ordem”, vale dizer, com a inflação controlada.

Uma vez que o diagnóstico do processo inflacionário brasileiro apontava para o peso inercial da inflação passada, havia uma

A partir de 1978 a política econômica de curto prazo ficou subordinada à continuidade do processo de distensão

¹² Durante os cinco anos do governo Geisel, e de Simonsen à frente da Fazenda, o comportamento da inflação medida pelo IGP foi o seguinte: 34,6% (1974); 29,4% (1975); 46,3% (1976); 38,8% (1977); 40,8% (1978). Cf. GIAMBIAGI et al., 403.

¹³ Os números do PIB e do IGP podem explicar o nome de “década perdida” dado a este período — depois dos 9,2% em 1980, o PIB foi despencando: - 4,3% (1981); 0,8% (1982); - 2,9% (1983). A recuperação do PIB nos anos seguintes foi anulada pela explosão inflacionária, que saiu de um patamar de 110,2% (1980), para 211% (1983), atingindo incríveis 1782,9% em 1989. Cf. GIAMBIAGI et al., 403.

preocupação acentuada com a medição do IGP, já que ele “contaminaria”, por contágio, o presente e o futuro. A “solução” para esvaziar estas expectativas seria “expurgar” os índices das “variações extremas”. O longo relato de Chacel nos leva, mais uma vez, aos caminhos por onde passou a tensa negociação que envolveu, de um lado, a manutenção da credibilidade do Ibre na elaboração dos índices, e, de outro, a pressão política da equipe econômica, apertada pelas imposições do FMI, pela queda do PIB e pelo descontrole da inflação:

Foi por volta de 1983. Eu tinha me comprometido a dar conhecimento ao país do índice de inflação pleno, e houve um pedido do ministro Delfim [do Planejamento] para que publicássemos o índice devidamente

expurgado, livre das variações extremas (...). Argumentei – e minha argumentação foi, inclusive, política – que o Ibre estava comprometido com o público em geral a divulgar o índice pleno e que, se o Conselho [Diretor da FGV] resolvesse publicar o expurgado, isso certamente iria manchar a credibilidade da instituição. Mas, entre a figura do Dr.

Bulhões, que tinha a preocupação maior de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para conter a inflação, e a minha figura, de muito menor peso, o Conselho Diretor resolveu acatar a opinião do Dr. Bulhões e aceitar o pedido do ministro Delfim (...). Não sei por quê, essa polêmica acabou nas páginas dos jornais, e então se chegou a uma fórmula de compromisso: decidimos publicar o índice que seria usado para efeito da correção monetária, o que eliminava as variações extremas, mas também dar conhecimento ao público do índice que captava as variações plenas de preço (...).

Cito isso porque tenho a impressão de que esse episódio contribuiu muito para manter a credibilidade, não só do Ibre, como de toda a Fundação Getulio Vargas (in MOTTA e ROCHA, 2008, p. 67-8).

Os índices mudam de lugar

A transferência das contas nacionais para o IBGE, finalmente consumada em 1986, é entendida por boa parte dos entrevistados como um divisor de águas na história do Ibre. Para alguns, razões de ordem técnica explicariam essa transferência, desde a falta de recursos do Ibre para continuar realizando um trabalho que se sofisticava, até a opção por uma linha de estudos mais analíticos. Outros, no entanto, dão um caráter político à ida do cálculo do PIB para o IBGE justamente na conjuntura da “Nova República”, atribuindo tal fato ao crescente prestígio da instituição governamental que era presidida pelo economista da PUC Edmar Bacha, um dos mais acirrados críticos da política econômica dos governos militares.

Chacel é bastante enfático ao atribuir ao “embate que houve com o ministro Funaro” (in MOTTA e ROCHA, 2008, p. 73) o motivo principal pelo qual não só se efetivaria a transferência das contas nacionais, como o índice oficial da inflação passaria a ser aquele que era calculado pelo IBGE. Comprometido com a queda da inflação, capaz de lhe conferir a legitimidade de que carecia desde a inesperada chegada à presidência com a morte de Tancredo Neves, o presidente José Sarney (1985-90) entendia a importância crucial dos índices de preços para o sucesso de seu projeto político.¹⁴ Por isso mesmo, o enredo do depoimento de Chacel sobre o “embate” com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, é bem semelhante aos anteriores, com Simonsen e Delfim Netto:

¹⁴ Depois do IGP de 235% em 1985, o índice caiu para 65% no ano seguinte, como efeito do Plano Cruzado. O fracasso deste plano econômico, bem como dos que a ele se seguiram – Cruzado II (novembro de 1986), Cruzado Novo (1987), Verão (1989) – teve um efeito explosivo nas taxas de inflação, como se pode observar pelo IGP: 415,8% (1987); 1.037,6% (1988), e 1.782,9% (1989). Cf. GIAMBIAGI et al., 403.

Os índices de preços que chamavam a atenção do governo e que serviam para acompanhar a trajetória da inflação eram os índices da Fundação Getúlio Vargas, não obstante já existirem os índices publicados pelo IBGE. Acontece que nossa coleta de preços caminhava 15 dias na frente da coleta do IBGE. Ora, num período de inflação ascendente, isso faz uma diferença enorme. Era o mês de setembro ou outubro [1985], e houve um pequeno arrefecimento da inflação. Divulguei essa informação para o ministro Funaro, que estava numa reunião da Fiesp, em São Paulo, e ele ficou entusiasmado. Mas eu disse: “Ministro, cuidado, porque essa é uma variação pontual. Isso pode não se repetir no mês que vem”. E, de fato, não se repetiu. Ele então comparou o nosso índice, que caminhava 15 dias à frente, com o do IBGE, e tomou a decisão de dizer: “Não vou mais considerar oficial o índice da Fundação Getúlio Vargas. Agora, o índice é o do IBGE”. Se não me engano, em fevereiro do ano seguinte, teve que fazer o congelamento de preços e salários (in MOTTA e ROCHA, 2008, p. 69).

A perda do poder do Ibre, oriundo da condição de responsável pelo cálculo dos índices básicos que orientam o desempenho econômico de qualquer país, é admitida por alguns entrevistados. Para fins de indexação, operação fundamental em uma economia movida à correção monetária diária, os índices utilizados pelo governo passariam a ser, a partir de 1985, aqueles calculados pelo IBGE. A curta observação de Chacel resume bem a nova situação do Ibre, representada pelo distanciamento em relação aos ministros da Fazenda que sucederam a Funaro: “com Bresser-Pereira e Mailson da Nóbrega, tive muito pouco contato” (in MOTTA e ROCHA, 2008, p. 69).

A desoficialização do IGP conduziu à pulverização e multiplicação dos índices

de preços, com o Ibre se voltando para a produção de índices setoriais, como o INCC, da construção civil, e o IGP-M, do mercado financeiro; e de outros, como o IGP-10, que buscavam captar com mais rapidez a elevação dos preços. Por isso mesmo, o panorama que se firmou a partir da segunda metade dos anos 1990, em função do sucesso do Plano Real no combate à inflação e da desindexação monetária dele decorrente, é bem diferente daquele que se caracterizava pelo “monopólio” do IGP como sinalizador da inflação. A cesta dos índices de preços hoje existentes, produzidos pelo IBGE e pelo Ibre, abrange uma ampla gama de possibilidades de escolha para a correção de valores na economia, como aluguéis, contratos, etc...

Pode-se pensar, à guisa de conclusão, que os índices que medem o desempenho das políticas sociais ocupam, na agenda do Brasil contemporâneo, o lugar antes ocupado pelos índices de preços. Em vez do curto prazo decretado pela “inflação do mês seguinte”, abriu-se espaço para uma perspectiva social macroeconômica. Por isso mesmo, a disputa da vez no âmbito da economia aplicada é entre os economistas do Centro de Políticas Sociais, do Ibre, Marcelo Néri à frente, e os do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Se não é o pioneirismo que caracteriza hoje a atuação do Ibre, como foi no passado, a “liberdade” e a “flexibilidade” de escolher um determinado cardápio de temas sociais – religião, educação, casamento, desemprego, entre outros – fariam agora a diferença.¹⁵ Afinal, a pressão por “bons” índices se mudou para outro lugar.

A desoficialização do IGP conduziu à pulverização e multiplicação dos índices de preços

¹⁵ Ver o artigo “A miséria do debate”, de Marcelo Néri, publicado no jornal O Globo, de 7 de outubro de 2006.

Referências Bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1990.
- CARNEIRO, Dionísio Dias. *Crise e esperança: 1974-1980*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CASTRO, Antonio Barros de & SOUZA, F. E. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- DOELLINGER, Carlos von. *Introdução. A controvérsia do planejamento econômico*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- GIAMBIAGI, Fabio et al. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- MOTTA, Marly Silva da. *Economistas: intelectuais, burocratas, “mágicos”*. In: GOMES, Ângela de Castro (coord.), DIAS, José Luciano de Mattos e MOTTA, Marly Silva da. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.
- _____. Teotônio Vilela. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1996.
- _____. e ROCHA, Dora (org.). 2008. *Memórias do Ibre – Instituto Brasileiro de Economia: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- QUADROS, Salomão. 2008. *Muito além dos índices: crônicas, história e entrelinhas da inflação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998.